



REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Considerando que:

- A gestão do PMEES pela Parque Escolar, E.P.E., de 2007 até à tomada de posse do atual Governo, não teve em conta os limites orçamentais, da empresa e do país, e prejudicou a importante missão de requalificar o parque escolar do país. São provas dessa má gestão, tanto o relatório da Inspeção-Geral de Finanças (IGF) como o da auditoria do Tribunal de Contas, cujos relatórios finais apontam para gastos excessivos e injustificados, tendo em vista o objetivo das empreitadas, pondo em risco a própria requalificação das escolas.

- É público que o Governo tem procurado, com a nova administração da Parque Escolar, E.P.E., soluções para que a requalificação das escolas secundárias do país não fique irremediavelmente comprometida. Nesse sentido, foi pedido à nova administração que elaborasse um plano, tendo este sido anunciado pela empresa em Maio de 2012. Contudo, é igualmente do conhecimento geral o quanto a necessidade de paralisação das obras de requalificação prejudicou as comunidades escolares do país, impedindo que todos os alunos do ensino secundário tivessem acesso a escolas requalificadas e com melhores condições. Também por isso, o Governo já se comprometeu a retomar as obras de requalificação logo que possível, estando a situação de dezenas de escolas em análise.

- Apesar dos esforços do Governo, são infelizmente comuns os relatos de problemas nas infraestruturas das escolas já sujeitas a intervenção da Parque Escolar, E.P.E.. Nesse sentido, foi recentemente noticiado que na escola António Arroio, cujo programa de modernização custou cerca de 21 milhões de euros, os alunos ficaram impedidos de frequentar aulas da disciplina de Educação Física em resultado de infiltrações no ginásio e nos balneários. De acordo com o diretor da escola, as aulas dessa disciplina estão suspensas há quase duas semanas e só poderão ser retomadas quando a situação for devidamente resolvida, o que implica a intervenção no edifício para obras de reparação.

- Para além dos problemas recentes que impossibilitaram a frequência da disciplina de

Educação Física na escola António Arroio, o projeto de modernização da escola, apenas parcialmente concluído, contém vários erros que colocam em risco a integridade física dos alunos e que, de acordo com a direção da escola, foram devidamente e de imediato sinalizados, embora se mantenham por corrigir.

Assim:

Tendo em conta o disposto no artigo 156.º, alínea d) da Constituição, e as normas regimentais aplicáveis, nomeadamente o artigo 229.º do Regimento da Assembleia da República, cujo n.º 3 fixa em 30 dias o limite do prazo para resposta;

O(a)s Deputado(a)s do CDS-PP, abaixo-assinados, vêm por este meio requerer ao Ministro da Educação e Ciência, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, respostas às seguintes perguntas:

1 – Tem o Ministério da Educação e Ciência conhecimento da situação atual da Escola António Arroio, em Lisboa, cujas infiltrações no ginásio impossibilitam a frequência da disciplina da Educação Física?

2 – Tendo em conta o quanto esta situação prejudica os alunos, quando estima o Ministério da Educação e Ciência que a situação possa estar resolvida?

3 – Em que ponto de situação se encontra o projeto de modernização da Escola António Arroio?

4 – No âmbito de futuros projetos de modernização das escolas do país, manterá a tutela um contacto de proximidade com as direções das escolas, de modo a prevenir a ocorrência de erros, como os que surgiram no caso da Escola António Arroio?

Palácio de São Bento, sexta-feira, 8 de Fevereiro de 2013

Deputado(a)s

MICHAEL SEUFERT(CDS-PP)

INÊS TEOTÓNIO PEREIRA(CDS-PP)

JOÃO PINHO DE ALMEIDA(CDS-PP)

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

TERESA CAEIRO(CDS-PP)

JOSÉ LINO RAMOS(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)

JOÃO REBELO(CDS-PP)